

**Ata da 77ª Reunião Ordinária da
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC realizada em 09 de
dezembro de 2013, 2ª feira, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
(MDIC), Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 7º andar, sala 707, Brasília. DF**

Membros Participantes

| |
|--|
| 1. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente |
| 2. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda |
| 3. Demétrio Florentino de Toledo Filho – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio |
| 4. Mônica Libório – Ministério dos Transportes |
| 5. Gustavo Luedemann – Secretário Executivo da CIMGC |

Outros participantes

| |
|---|
| 1. Andréa N. de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 2. Everton Lucero – Ministério das Relações Exteriores |
| 3. Fernando Araldi – Ministério das Cidades |
| 4. Flavia W. Frangetto – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 5. Hugo César Alves da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 6. Ilka M. S. Kawashita – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão |
| 7. Jerônima Damasceno – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 8. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente |
| 9. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia |
| 10. Márcio Rojas da Cruz – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 11. Ricardo M. A. Costa – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 12. Sonia Regina M. de Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 13. Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |
| 14. Valdir Borges Souza Lima – Ministério de Minas e Energia |
| 15. Vitor Ferraz – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação |

1. Abertura da Reunião

O Secretário Executivo da Comissão iniciou a 77ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) às 14h18min, agradecendo ao anfitrião, representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, a cessão do espaço para a realização da reunião, em seguida apresentou a consultora da Secretaria Executiva da CIMGC, Sra. Flavia Frangetto, nova integrante da equipe, afirmando ter ampla experiência na área de mudança do clima, ter trabalhado com pessoas como Dr. Luiz Gylvan Meira Filho e que, sendo da área do

Direito, ajudaria em questões associadas aos trabalhos. Também mencionou que apresentaria o Sr. Ricardo Pavan, novo integrante da equipe da CIMGC

2. Aprovação das Atas das 75ª e 76ª reuniões ordinárias da CIMGC.

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário Executivo passou à aprovação das atas objeto de aprovação. Recordou que não houve deliberação da ata da 75ª reunião na reunião passada e que, portanto estaria colocando esta pendência para apreciação dos presentes. Em seguida colocou também a ata da 76ª para apreciação. Ambas as atas foram aprovadas e em seguida o Secretário Executivo passou ao próximo ponto de pauta, apreciação dos projetos, convidando o representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para expor os detalhes das avaliações dos projetos.

3. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta ao ofício em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

3.1. 440/2013 – Projeto do Aterro Sanitário Canhanduba (Of. 801/2013 de 18/06/2013, com resposta em 09/10/2013)

A CIMGC discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto “**Projeto do Aterro Sanitário Canhanduba**”, fosse **mantida em revisão** para atender as seguintes exigências:

- 1) Muitos atores sociais receberam a carta convite na data da reunião publica descrita na carta-convite (15/07) e até um dia após a mesma. Há a necessidade do envio de cópias dos avisos de recebimento completo (frente e verso) para verificação da data de postagem das cartas convites.
- 2) Foi descrito no PDD/DCP, *Validation Report* /Relatório de Validação e na ata da reunião publica que a reunião ocorreu em 19/07/2013, enquanto que a data da reunião descrita nas cartas convites era 15/07/2013. Informar e comprovar como os atores sociais foram avisados da mudança de data da reunião pública.

3.2. 451/2013 - PCH Ernestina CEEE - (Of. 824/2013 de 14/10/2013, com resposta em 08/11/2013)

O representante do Ministério de Minas e Energia (MME) afirmou que as exigências referentes à sua pasta foram satisfatoriamente atendidas. Entretanto, a Comissão entendeu que nem todas as exigências apontadas em sua reunião ordinária de 10 de outubro de 2013 foram atendidas. Após discutir, a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Pequena Central Hidrelétrica Ernestina CEEE”, fosse **mantida em revisão** para atender as seguintes exigências:

- 1) Embora tenham sido realizadas várias modificações no PDD, foram mantidas a versão e a data anteriores deste documento. O próprio *validation report* faz menção e aprova a versão

anterior do PDD (versão 4, de 27 de junho 2013). Solicitam-se as devidas correções. É importante observar que as correções feitas devem estar refletidas, também, nos respectivos documentos traduzidos (DCP e relatório de validação).

- 2) A resposta à solicitação de esclarecimentos/correções, a respeito do porquê de algumas CARs descritas na Tabela 3 não aparecerem no checklist de validação (Tabela 2), tanto no *validation report* como no relatório de validação, não esclarece o que foi solicitado. Segundo a EOD, as CARs citadas são referentes à revisão técnica financeira e não devem ser inseridas na tabela do checklist de validação, não sendo necessária correção. Entretanto, algumas CARs que não constam em ambas as tabelas, como por exemplo, CARs 10, 13, 15, 19, dentre outras, não fazem nenhuma referência à análise financeira. Apresentar novos esclarecimentos e as devidas correções se for o caso.
- 3) A resposta à solicitação de esclarecimento da CIMGC a respeito dos textos referentes às CARs 15 a 32 e CLs 2 e 3, constantes na *Tabela 3*, constarem a indicação “**2ª Resposta dos PP (12/Mar/2013)**”, sem que seja apresentada a “1ª resposta dos PP”, é a mesma dada à questão anterior (... as CARs citadas são referentes à revisão técnica financeira e não devem ser inseridas na tabela do checklist de validação, não sendo necessária correção.), não sendo, portanto, coerente com o que foi solicitado.

3.3. 446/2013 – Projeto de Energia Eólica Renova LEN 11 - (Of. 811/2013 de 14/08/2013, com resposta em 14/11/2013).

A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto “**Projeto de Energia Eólica Renova LEN 11**”, colocada em revisão, pela CIMGC, em sua **75ª** reunião ordinária de 12 de agosto de 2013, atendeu parcialmente as solicitações de esclarecimentos/correções, sendo, portanto, **aprovada com ressalvas**, para atender as seguintes exigências:

- 1) Em resposta a primeira solicitação feita pela CIMGC por meio do Ofício 811/2013/CIMGC, o proponente esclareceu que a atividade de projeto está localizada apenas nos municípios de **Caetité, Guanambi e Pindaí**, conforme consta no PDD versão 5, de 06 de novembro de 2013. Entretanto, permanece a dúvida a respeito das cartas-convite a comentários terem sido enviadas, também, ao município de Igaporã, considerando que o processo de consulta pública local se deu entre os meses de março e abril de 2012, cerca de dois meses antes do início do processo de validação (13 de junho de 2012), quando a localização dos parques eólicos considerados na atividade de projeto já deveria estar definida. Ressalta-se ainda, que no PDD versão 3, de 07 de março de 2013, validado pela EOD por meio do *Validation Report* revisão 3, de 29 de abril de 2013, consta a localização do projeto como sendo Guanambi, Caetité, Igaporã e Pindaí (páginas 6, 11 e 39). Solicitam-se esclarecimentos.
- 2) Na cópia da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de agosto de 2011, enviada à CIMGC como documento oficial de comprovação da legitimidade do Sr. Ney Maron Freitas para representar a empresa Renova S/A. encontra-se a informação de que o mandato do Sr. Ney, reeleito como membro da diretoria da Renova Energia S.A., expirou em agosto de 2013. Pedem-se encaminhar documentação válida.

3.4. 449/2013 – Hydro Kuhlemann Geração e Fi Bra Geração: Conexão de Energia Renovável à rede Através das PCHs Karl Kuhlemann e Helena Kuhlemann- (Of. 825/2013 de 14/10/2013, com resposta em 22/11/2013).

Os representantes do MCTI e do MME foram unânimes em entender que as solicitações foram satisfatoriamente atendidas. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “**Hydro Kuhlemann Geração e Fi Bra Geração: Conexão de energia renovável à rede através das PCHs Karl Kuhlemann e Helena Kuhlemann**”, colocada em revisão pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, em sua reunião ordinária de 10 de outubro de 2013, fosse **aprovada**.

4. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão em 10 de outubro de 2013:

4.1. 452/2013 – Projeto das Usinas Eólicas Eurus II e Renascença V MDL – Recebido em 08/08/2013.

O representante do MCTI expôs os motivos pelos quais a atividade de projeto fosse colocada em revisão. O representante do MMA manifestou notar problemas tanto de forma quanto no mérito, em relação a pontos que justificariam necessidade de revisão. A representante do Ministério dos Transportes (MT) manteve mesma posição. O representante do MME destacou que o PDD foi redigido de maneira superficial e que mereceria maior aprofundamento.

A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto denominada “**Projeto de MDL Usinas Eólicas Euros II e Renascença V**”, versão 6 de 11 de abril de 2013, fosse **colocada em revisão** para proceder as seguintes correções e/ou esclarecimentos:

- 1) O Anexo III foi apresentado de forma bastante resumida, com informações muito superficiais, sem relacionar a atividade de projeto com os impactos ambientais locais, positivos e negativos; com o incremento no nível qualitativo e quantitativo de empregos; com os efeitos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida das populações locais; com a capacitação e o desenvolvimento tecnológico; e com a integração do projeto com outras atividades socioeconômicas na região de sua implantação. Desta forma, solicita-se que o Anexo III seja revisado com base nas informações sobre o assunto especificadas na página do MCTI, disponível em:

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/320869/Contribuicao_para_o_Developimento_Sustentavel.html

- 2) Quanto à consulta pública local, no que diz respeito aos destinatários obrigatórios, descritos no parágrafo 2º, do art. 3º da Resolução nº 7 da CIMGC, não constam no processo os comprovantes de envio e recebimento das cartas-convite (ARs), nem as cópias das mesmas, que deveriam ter sido encaminhadas aos órgãos ambientais municipais e às associações cujas finalidades guardem relação direta ou indireta com a atividade de projeto, para ambos os municípios (João Câmara e Parazinho); como também não consta o comprovante de envio e recebimento (AR) referente à carta-convite a comentários que deveria ter sido endereçada ao

órgão ambiental Estadual (IDEMA - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN). Além disso, o documento de concepção de projeto (DCP) não foi localizado no endereço eletrônico informado no texto das cartas-convite. Conforme o anexo III, da resolução nº 1, da CIMGC, os responsáveis pela atividade de projeto devem garantir que o referido endereço permaneça acessível até, no mínimo, o término do processo de registro no Conselho Executivo do MDL. Assim sendo, o(s) responsável(eis) pela atividade de projeto deverá(ão) realizar reunião pública presencial de acordo com o disposto na Resolução nº 10 da CIMGC, disponibilizada no endereço eletrônico apresentado a seguir:

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes_da_Comissao_Interministerial_na_condicao_de_Autoridade_Nacional_Designada_do_Mecanismo_de_Developolvimento_Limpo.html

- 3) Na declaração que indica o Sr. Eduardo O'Reilly Cabral Covas Barrionuevo como responsável pela comunicação com a Secretaria – Executiva da CIMGC, faltou informar o endereço eletrônico para contato.
- 4) Em relação ao PDD/DCP:
 - A versão 2.2.1 da Ferramenta para Calcular o Fator de Emissão para um Sistema Elétrico deve ser atualizada para a versão mais atual, pois se encontra vencida desde maio de 2012;
 - Na página 35 do DCP e do PDD encontra-se a informação de que nenhum financiamento público será usado neste projeto, enquanto que na página 10 é informada a data de solicitação de financiamento ao BNDES. Solicita-se correção e/ou esclarecimento;
 - A tradução do PDD apresentada no DCP deve ser completamente revisada, pois o texto em português nem sempre corresponde ao apresentado na versão em inglês e muitas frases estão incompreensíveis;
 - Revisar completamente a tradução dos termos técnicos no DCP;
 - O título da atividade de projeto deve ser traduzido para o Português no DCP;
 - Utilizar ponto (.) na separação de milhares e vírgula (,) na separação de decimais no DCP e no Relatório de Validação;
 - Na página 1 do DCP, indicar o número da versão da Metodologia ACM002 utilizada na atividade de projeto.
- 5) Em relação ao *Validation Report*/Relatório de Validação:
 - O título da atividade de projeto não foi corretamente traduzido do Relatório de Validação;
 - O *Validation Report* e o Relatório de Validação, ambos na página 8, informam que o proponente decidiu atualizar a “Ferramenta para Calcular o Fator de Emissão para um Sistema Elétrico” para a última versão (3.0.0). Entretanto o PDD/DCP, em todo o seu conteúdo, indicam ter sido usada a versão 2.2.1. Solicita-se correção e/ou esclarecimento;
 - A tradução do *Validation Report* apresentada no Relatório de Validação deve ser completamente revisada, pois o texto em português, em sua maior parte, não corresponde ao apresentado na versão em inglês e muitas frases estão incompreensíveis. O proponente deve

considerar que no Brasil, o documento que tem validade legal é a versão em português e, portanto, esta é a versão a ser analisada pela CIMGC. Sendo assim, requer-se especial atenção para que a tradução seja fiel à versão em inglês e que seja utilizada a nomenclatura oficial para as instituições e para os termos usados no âmbito do protocolo de Quioto;

- Revisar completamente a tradução dos termos técnicos no Relatório de Validação;
 - O número de páginas de Relatório de Validação e do *Validation Report* é 64, mas é informado ser 22 na página de rosto;
 - É necessário revisar o índice do *Validation Report* e do Relatório de Validação, para que haja correspondência das páginas;
- 6) Nos Documentos de Concepção de Projeto -DCP, de Validação e no Anexo III, versões em português- corrigir a redação e ortografia, inclusive pontuação, crase e citação de siglas, de acordo com as normas da língua portuguesa, de modo a dar ao texto a necessária clareza;
 - 7) Corrigir a notação de decimais para a forma corrente em português;
 - 8) Retirar a citação à concessionária de energia do Rio Grande do Sul, substituindo pela referência a concessionária do Rio Grande do Norte, local do empreendimento.
 - 9) De um modo geral, o Anexo III carece de maiores detalhes observando o Desenvolvimento Sustentável nos em todos os itens, detalhando especialmente:
 - item a) Contribuição para a sustentabilidade ambiental; item c) Contribuição para a distribuição de renda; item d) Contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico; e item e) Contribuição para a integração regional e a articulação com outros setores.

4.2. 453/2013 – Projeto da Usina Eólica Casa Nova – Recebido em 27/08/2013.

A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade do “**Projeto de MDL da Usina Eólica Casa Nova**” fosse aprovada com ressalvas para atender as seguintes exigências:

1) No DCP/PDD:

- Na página 2 do DCP, terceiro parágrafo, substituir efeito estufa por estufa.
- Na página 5 do DCP retirar o parágrafo escrito na língua inglesa: “Casa Nova Wind Power Plant consists of 120 wind turbines of upwind type, IMPSA model IV - 82, Vensys technology, with speed control Pitch type, assembled on a concrete tower of 100 meters high and a rotor in the front of the tower with diameter of 82 meters”.
- Revisar o DCP e corrigir a pontuação utilizada para separação de casas decimais ou de milhares, como o observado, por exemplo, na Tabela 02, página 6.
- Na página 11 do DCP, quinto parágrafo, retirar o trecho “de acordo com a “Ferramenta para cálculo do fator de emissão para um sistema elétrico” que está repetido.
- O trecho “resultado do sub-passo 1b” descrito na página 15 do PDD não foi traduzido para o português.

- Na página 21 do DCP no passo 2 modificar a versão do guia de prática comum de versão 02.02 para 02.0, conforme está PDD.
- Na página 25 do DCP, o terceiro paragrafo do passo 4 não foi traduzido corretamente. Corrigir.
- Na página 35 do DCP, o item C.2.2 não foi traduzido corretamente. Corrigir.
- Nas páginas 35 e 36 do DCP, o nome do órgão ambiental que é responsável pelo licenciamento ambiental e sua sigla estão diversos do PDD (INEMA). Corrigir.

2) No Relatório de validação/ Validation Report:

- Nas páginas 3 e 15 do Relatório de Validação, retirar o trecho “Error! Reference source not found”;
- Assinalar os itens da tabela 2 do apêndice A do Relatório de Validação conforme esta no Validation Report. Por exemplo, os itens A.1.1 a A.2.1, B.5.45, entre outros
- Informar os atos autorizativos e/ou esclarecer o atual estágio de registro da atividade de projeto junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O representante do MME solicitou que a Secretaria Executiva lhe desse ciência sobre esta resposta requerida.

4.3. 454/2013 – Projeto MDL das PCHs Tambaú, das Pedras e Rio do Sapo (JUN1132), Brasil – Recebido em 13/09/2013.

O representante do MME pronunciou-se quanto à validade e à informação sobre a operação das Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs a fim de averiguar a expectativa de redução de emissões. A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade de **“Projeto MDL das PCHs Tambaú, das Pedras e Rio do Sapo (JUN1132), Brasil”**, DCP/PDD versão nº 03 de 29/07/2013 e RV/VR Revisão nº 01 de 15/08/2013, fosse colocada em revisão para atender às seguintes exigências:

- 1) Encaminhar as declarações da Rio do Sapo Energia S.A. de conformidade com a legislação ambiental e de indicação do responsável pela comunicação com a Secretaria da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
- 2) Encaminhar a licença ambiental de instalação válida para a PCH das Pedras, uma vez que o documento encaminhado está vencido desde maio de 2012.
- 3) Em relação ao Documento de Concepção do Projeto:
 - Revisar o DCP e corrigir a pontuação utilizada para separação de milhares ou de casas decimais, como o observado no 6º e 7º parágrafos da página 2 da versão em português;
 - Traduzir para o português o item A.3. *Technologies and/or measures*, página 5 da versão em português;
 - Disponibilizar publicamente uma versão não-confidencial dos cálculos da TIR de cada uma das PCHs, uma vez que a Decisão 3/CMP.1 “Modalidades e Procedimentos para um

mecanismo de desenvolvimento limpo”, Anexo C, parágrafo 6, afirma que informações utilizadas para determinar a adicionalidade não podem ser consideradas proprietárias ou confidenciais;

- Esclarecer a opção pelo monitoramento mensal do parâmetro $EF_{grid,OM-DD,y}$, quando está previsto na “Ferramenta para calcular o fator de emissão para um sistema elétrico” que este parâmetro deve ser monitorado anualmente;

- Revisar o conteúdo do item (1) da sessão *Monitoramento de dados*, página 37, que apresenta conteúdos diferentes nas duas versões. Sugerimos que seja mantido o texto da versão em português que melhor reflete os dados que deverão ser utilizados no monitoramento; e

- Revisar e corrigir a informação constata no item 3) *Fatores de Emissão* - $EF_{grid,CM,y}$, $EF_{grid,OM-DD,y}$ e $EF_{grid,BM,y}$ o qual informa que os fatores de emissão de CO₂ envolvidos na estimativa *ex-ante* das reduções de GEE são correspondentes à 2011, quando na realidade foram utilizados dados de 2012.

- Esclarecer, no item B.6.4 do Documento de Concepção do Projeto, que apresenta o Sumário da estimativa *ex-ante* de reduções de emissões, quais PCHs estão sendo consideradas para o cálculo das emissões de linha de base, emissões do projeto, fuga e reduções de emissão por ano, constantes da tabela apresentada, de acordo com entrada em operação de cada uma delas.

4) Em relação ao Relatório de Validação:

- Revisar todo o documento e corrigir a pontuação utilizada para separação de milhares ou de casas decimais, por exemplo no valor da área do reservatório da PCH Rio do Sapo, página 15;

- Uma vez que a tradução deve ser fiel à versão em inglês, revisar e corrigir informações não coincidentes nas versões em português e em inglês, por exemplo:

- Número do relatório descrito na página 2;

- Valor da TJLP descrita na página 32 da versão em português;

- Valor da Bg e TFSEE descritos na página 34 da versão em português;

- Descrições dos Meios de validação da ICONTEC dos parâmetros $EF_{grid,CM,y}$, $EF_{grid,OM-DD,y}$, $EF_{grid,BM,y}$, $A_{PJ} - SHP$ Tambaú, $A_{PJ} - SHP$ das Pedras e $A_{PJ} - SHP$ Rio do Sapo apresentados na *Tabela 15: Dados e Parâmetro ex-post*, páginas 40 e 41 da versão em português;

- Valor médio anual das emissões de linha de base para a atividade de projeto apresentado na página 43 da versão em português; e

- Descrição das funções das Sras. Erika Lucia Ortiz Urrego e Francy Milena Ramírez Torres constantes nas páginas 92 e 94 da versão em português;

- Traduzir e inserir na versão em português trechos dos documentos em inglês que estão ausentes, como:

- Texto introdutório da Tabela A2, página 73 da versão em inglês; e

- Informações referentes à CL 15 constantes na página 84 da versão em inglês;

- A CL 14 faz referência, entre outras questões, à citação equivocada no PDD do ano em que foram coletados dados de EF. A CL foi encerrada sem que o erro tenha sido corrigido pelo proponente, conforme apontado no item 5.1.6; e

- Corrigir os dados relativos à CAR 3 nas duas versões do documento, uma vez que o Manual para submissão de atividades de Projeto no âmbito do MDL, página 23, afirma que no Relatório de Validação não deve constar nenhuma ressalva ou ação corretiva pendente. O fato da Carta de Aprovação só ser emitida pelo Governo Brasileiro após a validação não deve constar como uma pendência, devendo esta questão ser esclarecida com a seguinte frase: “Previamente à submissão do Documento de Concepção do Projeto e do Relatório de Validação ao Conselho Executivo do MDL, o Projeto deverá obter a aprovação por escrito da participação voluntária da AND do Brasil, inclusive que o projeto contribui para que o país atinja o desenvolvimento sustentável.

- Encaminhar documentos (contrato social) que comprovem a legitimidade dos Diretores Administrativos das empresas Tambaú Energética S.A e Euclides Maciel Energética S/A como seus representantes.

5) Em relação ao Anexo III:

- Caso haja alguma fonte afirmando o termo “impacto ambiental praticamente nulo” (página 1 do Anexo III) favor citá-la, caso contrário, retirar o termo e expor os reais impactos.

- Esclarecer de forma detalhada os reais impactos das PCHs sem a comparação entre usinas hidrelétricas maiores, com base em estudos e pesquisas devidamente citadas.

- Ao se falar em impactos a jusante com a manutenção de uma vazão ecológica, considerar todo o ambiente, tanto a jusante quanto a montante do empreendimento. Esclarecer de forma mais detalhada os impactos tanto a jusante quanto a montante.

- Explicar melhor o incremento no segundo setor dos municípios pelo fato deste ser visto como temporário. Levar em consideração na explicação como se dará a manutenção do fluxo de pessoas na região para que a mão-de-obra qualificada possa ser absorvida.

- Explicar melhor a integração regional e a articulação com outros setores pelo fato dos empreendimentos estarem situados em três estados da federação.

- Detalhar as atividades de mitigação que garantirão a sustentabilidade do empreendimento

6) Licença de Instalação válida da PCH das Pedras ou documento que comprove que foi solicitada sua renovação;

4.4. 455/2013 – Projeto MDL das PCHs Poço Fundo e Providência (JUN1133), Brasil – Recebido em 13/09/2013.

A Comissão discutiu e deliberou por consenso que a atividade de projeto “**Projeto de MDL PCHs Poço Fundo e Providência (JUN1133), Brasil**” fosse colocada em **revisão**, para atendimento das exigências relacionadas a seguir, ressaltando o fato da PCH Providência estar em fase de estudo

ambiental e não possuir licença ambiental prévia, o que obsta o registro junto à ANEEL e contraria a Resolução que determina como critério mínimo a apresentação de licença prévia:

- 1) Em relação ao licenciamento ambiental:
 - a) A Licença Prévia Nº 015599 emitida pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente) para a *PCH Poço Fundo* encontra-se com prazo de validade vencido desde 16 de outubro de 2011. Encaminhar à CIMGC licença ambiental válida.
 - b) Não consta na documentação enviada à CIMGC licença ambiental referente à *PCH Providência*. Encaminhar à CIMGC licença ambiental válida para esta PCH.
- 2) Encaminhar à CIMGC declaração atualizada da EOD, bem como cópia dos atos constitutivos da Icontec registrados na junta comercial do estado de estabelecimento da empresa e cópia das últimas alterações contratuais.
- 3) No DCP/PDD
 - a) Na página 2 do DCP modificar o número da lei que institui da lei as unidades de conservação de modo que fique a mesma do DCP (lei 9965).
 - b) Na página 24 e 25 modificar a sigla das emissões de projeto de PEy para PE HP,y, conforme está no PDD.
 - c) Por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções no DCP de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal, por exemplo, na página 25 na fórmula de PD Passo Fundo e Providência, entre outros.
 - d) Na página 42 do DCP no item “Histórico do Documento”, traduzir os termos que estão em inglês para o português.
- 4) No Relatório de Validação/Validation Report
 - a) No *Validation Report* e Relatório de Validação não está descrito explicitamente no texto a versão do PDD/DCP analisado (descrição completa do PDD /DCP está na referência 58). Explicitar a no texto a primeira vez que é citada e obrigatoriamente no item na opinião de validação. Corrigir.
 - b) Na página 2 do Validation Report, o trecho “The project aims to reduce emissions for a total of 219,212 tCO2e within the crediting period” não foi traduzido. Corrigir.
 - c) A tradução do termo “Audit team” na página 2 do Relatório de Validação está equivocada. Corrigir.
 - d) No item 3.2.1, 3º e 4º parágrafos da página 10 do *Validation Report* e página 13 do Relatório de Validação, dá a entender que foi emitida uma carta pela Autoridade Nacional Designada (AND, papel que cabe à CIMGC). Ressalta-se que ainda não foi emitida Carta de Aprovação para a atividade de projeto mencionada. Na página 60 do *Validation Report* e página 65 do Relatório de Validação é mencionado que a CAR /SAC 4 só será fechada quando a AOD emitir a carta de aprovação. Segundo a página 23 do “Manual para submissão de atividades de Projeto no âmbito do MDL”, no Relatório de Validação não deve constar nenhuma ressalva ou ação corretiva pendente. O fato da carta de aprovação só ser emitida pelo

Governo Brasileiro após a validação não deve constar como uma pendência no Relatório de Validação, devendo esta questão ser esclarecida no Relatório de Validação com a seguinte frase: “Previamente à submissão do Documento de Concepção do Projeto e do Relatório de Validação ao Conselho Executivo do MDL, o Projeto deverá obter a aprovação por escrito da participação voluntária da AND do Brasil, inclusive que o projeto contribui para que o país atinja o desenvolvimento sustentável. Corrigir os dados relativos à carta de aprovação e CAR 4 em ambos os documentos *Validation Report* e Relatório de Validação.

- e) O trecho “*This date was defined by PP as the earliest event in the timeline implementation of the two Hydropower plants that can demonstrate implementation, construction or real action of the project activity*” constante na página 14 do *Validation Report* não foi traduzido. Corrigir.
 - f) Na página 20 do Relatório de Validação modificar o número da tabela de modo a estar com a mesma numeração do *Validation Report*.
 - g) Na página 22 do Relatório de Validação é mencionado que há um financiamento do Banco nacional de Desenvolvimento Sustentável (BNDS) de 70 %. No entanto é mencionado no PDD/DCP que a atividade de projeto não possui financiamento público. Esclarecer.
 - h) Por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções no Relatório de Validação de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal, por exemplo, no conteúdo da tabela cujo título é “Análise das variáveis do custo de capital próprio” na página 20, e tabela 8 na página 21 do Relatório de Validação, entre outros.
 - i) Na página 67 do Relatório de Validação o conteúdo da CAR 9 está diverso do *Validation Report*.
 - j) Na página 71 do Relatório de Validação o conteúdo a partir da CL 9 está diverso do *Validation Report*. O número de CLs também está diverso. Corrigir de modo que ambos os documentos apresentem o mesmo conteúdo e número de CLs.
 - k) No texto do *Validation Report* há trechos de marcação em amarelo, como por exemplo, na página 37, entre outras. Corrigir.
- 5) As empresas Providência Energia S.A. e Poço Fundo Energia S.A. devem enviar seu contrato social para demonstrar como ambas as empresas são representadas.
 - 6) Enviar cópia das necessárias Licenças do empreendimento, ou seja: Renovação da Licença Prévia da PCH Poço Fundo e Licença Prévia da PCH Providência.
 - 7) Apresentar a Licença Prévia (INEA-RJ) e a Resolução Autorizativa (ANEEL) relativas à PCH Providência.

4.5. 456/2013 – Projeto Energio de usinas de energia eólica – Recebido em 01/10/2013.

A Comissão discutiu dois aspectos principais do projeto: 1- a necessidade de melhor descrição da contribuição da transferência de tecnologia para a promoção do desenvolvimento sustentável ressaltando tratar-se de problema frequente em projetos de MDL; 2- a necessidade de realização de

nova reunião presencial, para adequação ao disposto na Resolução nº 10 da CIMGC, pelo fato dos proponentes terem convidado para a reunião presencial apenas os atores que não confirmaram por aviso de recebimento do primeiro convite para comentários.

A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto denominada “**Projeto Energia de Usinas de Energia Eólica**”, versão 7, de 17 de setembro de 2013, fosse **colocada em revisão** para proceder as seguintes correções e/ou esclarecimentos:

- 1) Refazer o item d (contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico) do anexo III com base em informações mais recentes, uma vez que o Brasil já possui empresas que desenvolvem, constroem e operam projetos de energia eólica. Além disso, segundo o balanço anual divulgado em abril de 2013 pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a capacidade eólica brasileira instalada em seus 108 parques alcançou 2,5 gigawatts (GW) no ano de 2012, crescimento de 73% em relação a 2011. Ainda de acordo com informações divulgadas pela Abeeólicas, fatores como o avanço tecnológico dos aerogeradores, o modelo de leilão competitivo e o melhor entendimento do Brasil sobre aproveitamento dos ventos foram as principais razões para o aumento do desempenho das usinas no Brasil.
- 2) Não constam no processo **cópias dos Avisos de Recebimento das cartas-convite** que deveriam ter sido enviadas aos órgãos ambientais dos municípios de Amatoia e Gonçalo Amarante e para as associações comunitárias cujas finalidades guardem relação direta ou indireta com a atividade de projeto. Solicita-se encaminhar os referidos Avisos de Recebimento. Caso não seja possível, os participantes deverão realizar **reunião pública presencial de acordo com o disposto na Resolução nº 10 da CIMGC**, disponibilizada no link abaixo (observar o efetivo cumprimento de todos os artigos desta resolução, inclusive no que diz respeito aos atores para os quais as cartas-convite deverão ser encaminhadas, conforme especificado no §1º do art. 1º da referida resolução).

http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/14797/Resolucoes_da_Comissao_Interministerial_na_condicao_de_Autoridade_Nacional_Designada_do_Mecanismo_de_Developimento_Limpo.html).

Obs.: O fato de ter sido realizada uma reunião pública presencial exclusiva os órgãos ambientais e associações comunitárias cujas finalidades guardem relação direta ou indireta com a atividade de projeto, como consta no processo, não atende a resolução nº 10.

- 3) As declarações que indicam o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC não informam o Código de Endereçamento Postal (CEP) para envio de correspondências ao Sr. Luis Filipe Kopp.
- 4) Em relação ao PDD/DCP:
 - Consta na p.7 do PDD e do DCP “*Este item foi elaborado baseado na última versão do “ACM0002 – Metodologia consolidada de linha de base para geração de eletricidade de fontes renováveis conectadas à rede” e da “Ferramenta para demonstração e avaliação de adicionalidade” prevalecendo a Metodologia ACM002 já que esta substitui a ferramenta.* Esta afirmativa não está clara e deve ser esclarecida pelo proponente.

- Ainda em relação à citação acima, a versão da metodologia ACM0002 usada na atividade de projeto não é a última versão disponível no site da UNFCCC. A versão 14.0.0 (mais atual) foi disponibilizada em 04 de outubro de 2013. O proponente deve substituir o termo “*última versão do "ACM0002"*” pelo número da versão usada na elaboração do PDD/DCP.
- Indicar no PDD/DCP qual foi a versão da “*Ferramenta para demonstração e avaliação de adicionalidade*” utilizada na elaboração do PDD/DCP.
- O título da atividade de projeto é informado no DCP como “Projeto Energio de Usinas de Energia Eólica”, entretanto, no Relatório de Validação o título informado é “Projeto Energio de Usinas Eólicas”. Padronizar o título da atividade de projeto em ambos os documentos.
- A data da versão do PDD é informada como sendo 17/09/2013. Entretanto, no DCP a indicação é 19/07/2013. Esta informação deve ser idêntica nos dois documentos.

5) Em relação ao *Validation Report* /Relatório de Validação:

- Na página 2 do *Validation Report* são informadas duas datas para uma única versão deste documento: revisão 1.3 de 25/09/2012 e na linha de baixo informa que a data de aprovação é 17/09/2013. Solicita-se correção, uma vez que a data de aprovação deve ser considerada como a data final do documento. O mesmo é verificado na versão em português, só que as datas além de diferirem entre si, não correspondem ao texto original em inglês (data da revisão: 26/10/2012 e data de aprovação: 26/07/2013).
- A expressão “**ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO**” aparece várias vezes no índice da versão em português.
- Rever totalmente a tradução do documento original apresentada no Relatório de Validação. Existem trechos do *Validation Report* que não foram descritos na versão em português (ex.: p.16 – Quadro que descreve as principais alterações nas mudanças de versão do PDD, dentre outros); trechos com tradução confusa (ex.: p.38 – “Antes da publicação do PDD no site da CQNUMC, de 27/12/2012 a 25/08/2012...”; p. 40 – “A RINA Serviços Spa (RINA) realizou a validação da atividade de projeto “Projeto Energio de usinas eólicas” no Brasil, no que diz respeito aos requisitos relevantes para as atividades de MDL. A revisão do documento de concepção do projeto e as subsequentes entrevistas de acompanhamento proporcionaram a RINA com evidências suficientes para determinar o cumprimento dos critérios estabelecidos”, dentre outros.
- Retificação quanto à informação de que “A tecnologia de geração eólica ainda não é dominada pelo país, necessitando de assistência internacional. Assim, o projeto contribui para a importação de tecnologia”, constante no item “d) contribuição para a capacitação e o desenvolvimento tecnológico” no Anexo III, que trata das contribuições da atividade de projeto para a promoção do desenvolvimento sustentável, tendo em vista que há no país empresas que fabricam equipamentos para geração de energia eólica;
- Retificação da data de finalização do documento de concepção do projeto nos documentos em que foi indicada equivocadamente, pois há discrepância entre as versões em português do documento de concepção do projeto (DCP) e a sua versão em inglês e ambas as versões do

relatório de validação, quanto à data de finalização do projeto. No DCP a informada é 19/07/2013, nos demais documentos a data indicada é 17/09/2013; e

- Retificação da data do relatório de validação na versão na qual não informado corretamente, posto que a data do relatório de validação informada na versão em português é 26/10/2012, diferentemente da data na versão em inglês do documento (25/09/2013).

4.6. 457/2013 – Programa ALUPAR de energia renovável – Recebido em 01/10/2013.

A Comissão discutiu aspectos relacionados ao Anexo III de Programas de Atividades e identificou que esse documento possui descrições genéricas. Por outro lado, a Comissão ressaltou o cuidado que se deve ter sobre o risco de se perder assim exigências sobre o projeto.

A Comissão deliberou por consenso que o Programa de Atividade (PoA) “**Programa ALUPAR de Energia Renovável**” nº 457/2013, DCP/PDD versão nº 06 de 28/01/2013 e RV/VR Revisão nº 1.3 de 16/09/2013, fosse aprovado com ressalvas, com vistas a atender às seguintes exigências:

1) Em relação ao PoA-DD/DC:

- Corrigir a unidade de medida de área do reservatório apresentada na página 6 das duas versões do documento; e
- Revisar o texto apresentado no segundo parágrafo da página 7 do PoA-DC.
- Corrigir a expressão *Erro! Indicador não definido* encontrado na tabela de aplicabilidade da metodologia ACM0002, página 10 da versão em inglês.

2) Em relação ao CPA-DD/DC:

- Revisar o conteúdo das três últimas linhas do Quadro A.10, página 4 das duas versões;
- Revisar o valor do preço máximo da energia para hidrelétricas informado na sessão Análise da sensibilidade, página 11 das duas versões;
- Revisar todo o documento em português que apresenta problemas de digitação, p.e. A capacidade instala para esse CPA... (página 12); e
- Esclarecer a diferença encontrada no passo 3 da análise da Prática comum, onde é afirmado que somente quatro plantas de energia não possuem registros de incentivos de MDL ou PROINFRA, embora cite cinco plantas, mesmo número utilizado no cálculo de Ndiff.

3) Em relação ao Relatório de Validação/*Validation Report*, esclarecer quais versões serão encaminhadas ao Conselho Executivo do MDL, uma vez que foram encaminhados à CIMGC quatro arquivos desses documentos.

4) Em relação ao item A do Anexo III:

- Reconsiderar o trecho “...o projeto representa uma atividade que não afeta negativamente o meio ambiente local, pois leva a uma redução de emissão de poluentes atmosféricos e contribui positivamente para a redução da emissão de gases de efeito estufa e para o desenvolvimento sustentável local”, uma vez que qualquer alteração no ambiente,

independente da magnitude, causa impactos de diferentes ordens em diferentes compartimentos do meio ambiente; e

- Esclarecer melhor como cada atividade programática do PoA, apesar dos impactos gerados, poderá contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental local;
- 5) Encaminhar documento (contrato social) que comprove a legitimidade do Diretor Técnico da Alupar Investimentos S.A. como seu representante.
 - 6) O Anexo III carece de maiores detalhes observando o Desenvolvimento Sustentável nos seguintes itens:
 - 7) No Anexo III, item a, Contribuição para a sustentabilidade ambiental local, é desejável maiores detalhes que avalie a mitigação dos impactos ambientais locais (resíduos sólidos, efluentes líquidos, poluentes atmosféricos, dentre outros) propiciada pelo projeto em comparação com os impactos ambientais locais estimados para o cenário de referência.

5. Novo projeto recebido pela Secretaria Executiva da CIMGC:

5.1. 458/2013 - PCH Ijuizinho II CEEE - Recebido em 14/11/2013.

O Secretário Executivo informou ter sido esse o único projeto recebido para efeito de análise na próxima reunião.

6. Aprovação do Calendário de reuniões para 2014

O Secretário Executivo reapresentou a proposta de novo calendário e perguntou se poderia aprovar com essas datas, o que foi aceito. O representante do MME levantou a dúvida sobre a sobreposição de datas com os calendários de reuniões do GEx e dos jogos da Copa de 2014. A Secretaria Executiva esclareceu que essas questões foram consideradas para a proposição do calendário, informação confirmada pela Sra. Josana Esser (MMA) em relação ao calendário do GEx. O calendário foi então aprovado.

7. Informes da Secretaria Executiva:

7.1. Apresentação dos novos integrantes da Secretaria Executiva da CIMGC:

Já tendo adiantado este ponto de pauta na abertura da reunião, quando apresentou a Flavia Frangetto, o Secretário Executivo, então, apresentou pessoalmente o novo integrante da equipe, Ricardo Pavan, Tecnologista do MCTI. A representante do MT observou a melhoria na qualidade do nível das avaliações dos projetos. O Secretário Executivo agradeceu e estendeu o elogio à equipe da Secretaria Executiva e da Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima (CGMC), e ressaltou o esforço realizado pelo MCTI para atender a essas necessidades. Comentou que o volume de

demanda por análise de projetos ano passado foi desproporcional ao número então reduzido de membros da equipe. Agradeceu em nome de toda a equipe os elogios, ressaltando que críticas continuam bem-vindas.

7.2. Desdobramento da reunião do GT Fator de Emissão:

O Secretário Executivo pediu que representante da Secretaria Executiva, relatasse a reunião do GT Fator de Emissão, ocorrida em 18 de novembro. A representante da Secretaria Executiva comentou que se tratava de assunto bastante técnico e que, por esse motivo, foi proposta a contratação de um especialista para realização de um estudo, cuja minuta de termo de referência foi trabalhada pelo GT. Falou sobre o objeto dessa consultoria e anunciou que quando o processo seletivo for divulgado avisará aos membros. O representante do MME sugeriu que o especialista contratado consulte agentes do setor, além de responder às questões levantadas pela CIMGC. Assim, posicionou-se como favorável à consultoria, indicando o interesse do MME em saber o posicionamento do mercado em relação ao tema. Por fim, solicitou que a minuta do termo de referência fosse encaminhada ao MME. Sugestão acatada pela Secretaria Executiva da CIMGC e expandida a todos os membros do GT. A representante da Secretaria Executiva esclareceu tratar-se de contratação de uma pessoa física por um período de 3 meses. Sobre os produtos que deverão ser elaborados, o representante do MME sugeriu que logo no início da consultoria fosse levantado o posicionamento do Conselho Executivo quanto ao questionamento apresentado. Levantou ainda dúvida sobre quais seriam as implicações, benefícios e problemas de se adotar outros métodos de cálculo dos fatores de emissão. O Secretário Executivo colocou que a declaração de não conflito de interesses era necessária, e sugeriu que o consultor apresentasse os resultados do seu trabalho à CIMGC, deixando claro que o resultado do trabalho seria um subsídio para a decisão, autônoma, da CIMGC. Observou que o conflito de interesses poderia significar acesso a informação sigilosa, devendo-se consultar o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) para melhor esclarecimento. Em relação a um possível conflito de interesse, a consultora da Secretaria Executiva, em atendimento a solicitação, comentou que teria atendido à solicitação de elaboração de proposta de cláusula para constar do edital com vistas a evitar a situação. O representante do MME afirmou que acompanhar o consultor a ser contratado nessa avaliação poderia ser instrutivo para a própria CIMGC, inclusive para proceder de maneira específica junto ao ONS. A representante da Secretaria Executiva sugeriu que, como os dados seriam necessários, fosse feita uma reunião já de início com o ONS, alinhando-se com a identificação dos produtos. Discutidos esses pontos, chegou-se a um consenso. O Secretário Executivo concordou com a necessidade de dar esses subsídios ao futuro consultor. O Secretário Executivo propôs circulação do Termo de Referência para eventuais novas apreciações, e pediu posicionamento rápido por parte dos membros do GT. Pediu para ser marcada uma reunião do GT para tratar desse assunto, incluindo como acessar o ONS. A representante do MT solicitou esclarecimento quanto à necessidade de se decidir nesta reunião sobre projeto envolvendo a questão de fatores de emissão. A Secretaria Executiva esclareceu que não havia necessidade e que o projeto em que poderia existir essa questão poderá ser analisado na próxima reunião da CIMGC.

7.3. Resultado da consulta ao EB com relação às reclamações a respeito do desempenho de algumas EODs no processo de validação:

A CIMGC solicitou que a Secretaria Executiva consultasse o Conselho Executivo sobre esse assunto. O Secretário Executivo comentou que a consulta foi realizada durante o Fórum de Autoridades Nacionais Designadas (ANDs), realizado em Varsóvia, Polônia, quando foi relatado o direito do proponente do projeto, contratante da Entidade Operacional Designada (EOD), de reclamar da qualidade do serviço, ressaltando não ter sido suscitada, contudo, uma comunicação entre as (ANDs) e eventuais reclamações sobre a qualidade dos trabalhos das EODs. Nesse sentido, o Secretário Executivo sugeriu que na página do MCTI fosse veiculada a informação sobre a possibilidade de reclamação da qualidade do serviço prestado pelas EODs por parte dos proponentes dos projetos. Com isso, o Secretário Executivo afirmou que isso daria oportunidade de canal de otimização do processo em favor dos interessados. Sugeriu, então, que todos pensassem em encaminhamento nesse sentido. A representante da Secretaria Executiva relatou que algumas EODs que operavam no Brasil no ano passado deixaram de exercer suas atividades no Brasil e teceu considerações sobre o quanto seria salutar que os participantes dos projetos se sentissem amparados. O Secretário Executivo levantou ponderação sobre o reflexo do valor cobrado pelas EODs ter sofrido efeitos da crise do próprio mercado de carbono, o que talvez explicasse a perda de qualidade de serviços.

7.4. Questionamentos dos membros da CIMGC a respeito do CRTc (Centro e Rede de Tecnologia e Clima):

O Secretário Executivo lembrou a discussão da última reunião sobre a possível indicação da CIMGC como Entidade Nacional Designada (END), ocasião em que os membros solicitaram maiores esclarecimentos quanto ao mecanismo de transferência de tecnologia e as instituições envolvidas. Relatou que foi realizada consulta formal ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) e passou a palavra para o representante daquele ministério. O representante daquele ministério esclareceu que o MRE considera que o mecanismo tecnológico recai sobre a competência do MCTI e declarou ser favorável à indicação de um órgão como o MCTI e não de órgão interministerial, sem prejuízo de que a CIMGC seja informada ou consultada sobre decisões acerca da END ou do CRTc, devido à necessidade de agilidade. Destacou que haverá intensa troca de informações e declarou que a entidade indicada poderá ser modificada, embora tenha reiterado ser favorável à indicação do MCTI. O Secretário Executivo informou que, diante da resposta recebida, o MCTI já havia tomado providências para que a CGMC fosse indicada como END, sem que isso prejudicasse a possibilidade de migração para a CIMGC ou a qualquer outro órgão, esclarecendo a vantagem de se aproveitar a estrutura já existente. A representante do MT concordou que a CGMC possui afinidade com o tema, observando que a própria Secretaria Executiva tem habilidade nessa matéria e poderia, assim, ganhar representatividade. O representante do MMA concordou que existe conexão entre o MCTI e o assunto aqui tratado, ressaltando os fatores da agilidade e da competência no tema. Sugeriu ainda que, em havendo interesse, pudesse a CIMGC apreciar questões sobre o tema. O representante do MRE ratificou a ideia, sugerindo ser item constante de pauta.

7.5. Solicitação do Secretariado da UNFCCC de recebimento de subsídios das ANDs para identificar barreiras e oportunidades que propiciem maior participação dos países menos desenvolvidos no MDL:

O Secretário Executivo informou ter recebido mensagem eletrônica acerca da pesquisa do Secretariado Executivo da UNFCCC. Considerou ser importante que o Brasil ajudasse nesse processo, ainda que não seja país menos desenvolvido. O representante do MRE ponderou que se tratava de ponto com repercussão política, dadas as dificuldades de investir em projetos de MDL vindos de países como o Brasil e a China, ante o posicionamento dos países desenvolvidos de não registrarem projetos de MDL com base em questões como adicionalidade e integridade ambiental. Argumentou que abrir mão dos critérios de integridade ambiental não é a saída e confirmou que o objetivo sempre deve ser evitar a mudança do clima. Analisou que a falta de demanda é o grande problema do MDL, e flexibilizar os critérios não é a solução. Disse que gostaria de ouvir acerca do que seria preciso para que não ocorresse o que os países desenvolvidos têm pregado, acarretando tornar-se verdade a crença na ofensa ao fator da integridade ambiental. Sugeriu pequena reunião dos interessados. O representante do MME concordou e colocou que uma postura proativa talvez estivesse na oportunidade de capacitação. Ainda que isso não resolvesse o problema da demanda por créditos de carbono. O Secretário Executivo alinhou-se, também, ao Secretariado. O representante do MME concluiu expondo sobre a dependência dos países anfitriões em estar associados aos países compradores dos projetos. Levantou que, talvez, o Conselho Executivo pudesse trazer capacitação para os países não Anexo I não terem de se garantir via países compradores. A representante do MT reforçou a oportunidade de capacitação. O Secretário Executivo concordou e aproveitou para fazer breve relato de sua participação no fórum das ANDs. Sobre a atitude de cancelamento de créditos, falou a respeito da intenção de se incentivar o cancelamento, como foi feito na Rio+20, abrindo-se, assim, espaços para mecanismos voluntários. Nesse sentido, convidou a CIMGC a pensar sobre soluções para não se perder vantagens comparativas do MDL, em relação a outros mecanismos. Mencionou o exemplo da mobilidade urbana e demandas em parceria com a iniciativa privada, podendo-se pensar em novas metodologias, capacitações e vínculos com governos municipais. Esse como um exemplo, aplicado a transporte, podendo haver outros, setorialmente. O representante do MDIC apontou o fator preço de Reduções Certificadas de Emissões – RCEs no mercado, que estava muito baixo e também a necessidade de restaurar a fama “MDL não acabou não”, sugeriu um esforço para melhorar a comunicação sobre o MDL para que os planos setoriais pudessem abrir mais espaço ao estímulo para novos projetos de reduções de emissões. O Secretário Executivo trouxe à tona a oportunidade de serem expostos os prós e contras da ação no âmbito dos planos setoriais, a título de divulgação. O representante do Ministério das Cidades (MCidades) falou do desconhecimento sobre as oportunidades de MDL como hipótese aplicada a alguns setores. O representante da Secretaria Executiva sugeriu o canal dos desenvolvedores dos projetos. O representante do MDIC sugeriu um evento com desenvolvedores e participantes de projetos. O representante do MCidades levantou possibilidades de associações de incentivos, inclusive tributários. Em sua análise, a posição da União Europeia não se sustentaria, conforme alguns, quanto à não aceitação dos projetos de MDL advindos de países em desenvolvimento. Disse que projetos de MDL precisavam ser facilitados, mas que a adicionalidade presumida precisaria ser alterada. O representante do MDIC ponderou os reflexos disso sobre o Brasil. Comentou que a indústria está aberta a mudanças e que não poderíamos perder esses mecanismos e correlatos. O Secretário Executivo sugeriu que esse item entrasse em pauta de reunião do ano que vem, ficando como

somente eventual criação de um GT de comunicação. A representante do MT manifestou-se considerando haver um enriquecimento nessa abordagem. O Secretário Executivo ponderou a dificuldade que poderia haver para trazer convidados com essa *expertise*. O representante do MMA falou sobre a importância da sensibilização e que aqueles que participaram ao longo do ano de projetos de MDL trouxeram, mesmo com a crise, algum retorno. No âmbito de toda a discussão sobre o futuro do MDL, o Secretário Executivo comentou existir posicionamentos defensores da opção de atribuir às RCEs a qualidade de moeda – opinião da qual não partilha, por implicar na saída do âmbito multilateral. Mencionou existirem outras opções. Sugeriu um nivelamento de informações, em foro especial, sobre essas várias opções.

7.6. Relatório anual de atividades da CIMGC 2012.

O Relatório anual de atividades da CIMGC 2012 impresso foi distribuído à CIMGC. A Secretaria Executiva informou que após a impressão foi identificada a necessidade das seguintes correções no texto do relatório impresso: onde se lê “subsequentes”, deve-se ler “anteriores”, bem como a inclusão de asterisco com observação na Tabela 1, no item Outros. O representante do MME solicitou esclarecimentos quanto aos critérios utilizados para classificar as atividades de projetos no setor “Eficiência Energética”, questionando se os projetos de biomassa e energia renovável foram enquadrados neste setor. A Secretaria Executiva informou que foi mantida a classificação dos projetos já existente, feita pela equipe anterior, bem como que não foi encontrado dado com informação que pudesse identificar o critério então adotado de alocação de projetos neste estudo.

8. Outros assuntos:

8.1. Relato sobre a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas, ocorrida em Varsóvia, Polônia, no período de 11 a 23 de novembro de 2013

O Secretário Executivo passou ao item 7 e agradeceu ao Ministro Everton Lucero o aceite do convite para trazer seu testemunho sobre Conferência das Partes (COP), ocorrida em Varsóvia, Polônia. O Ministro Everton agradeceu e mencionou a ampla cobertura por parte da mídia e citou a prática de manter a presença diversificada de integrantes da Delegação. Colocou as oportunidades das Conferências das Partes (COPs) de Lima e de Paris. E relatou as decisões acatadas que refletiam propostas brasileiras. Lembrou que as articulações necessárias para as negociações do novo acordo no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas (CQNUMC/UNFCCC) devem envolver a sociedade, incluindo o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, além do governo. Trouxe à tona a proposta brasileira de cancelamento de RCEs, a fim de fomentar o mercado. Lembrou que não haverá 3º período de compromisso do Protocolo de Quioto, e ressaltou a importância da experiência do MDL constar do novo formato. Falou sobre a visibilidade propositiva do País, fazendo considerações sobre a proposta brasileira sobre as responsabilidades históricas e sua contabilização. Comentou ter sido uma Conferência de transição. Ponderou sobre a falta de ambição dos países com relação a suas metas, o que motivou os países do Basic (China, Índia, Brasil e África do Sul) a se unirem. Lembrou o prazo de dezembro de 2015 para definição do novo acordo e do primeiro trimestre de 2015 para o envio de contribuições. Relatou os avanços obtidos nas negociações do

mecanismo *Reduced Emissions from Deforestation and Forest Degradation* REDD +, comentou sobre a decisão que disciplinará sobre quais os atores que estarão autorizados a receber contrapartidas do REDD; do mecanismo de perdas e danos; do mecanismo tecnológico, ressaltando a discussão sobre barreiras e oportunidades para a transferências de tecnologias. O Ministro Everton Lucero informou que será preparado, em setembro, um encontro envolvendo alto nível de representação governamental. Considerou não ter havido, em suma, comprometimento à integridade do regime e nem aceitação automática de regras que vêm de fora. O representante do MMA falou sobre REDD, especialmente sobre a internalização do pacote de Varsóvia, e que levará a síntese sobre essas decisões para a reunião do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima – Gex. O representante do MME questionou a posição dos países em relação à dificuldade da meta de elevação de temperatura máxima de 2 °C ser atingida. O Ministro Everton falou dos distintos posicionamentos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto a assumir novos compromissos de reduções de emissões. Lembrou que a Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira pregou por soluções aos problemas. Disse entender que, em algum momento, deveríamos reverter a moeda da escassez para a lógica da oportunidade, considerando que mais do que o ganho monetário, o MDL foi um catalisador de um novo projeto energético. Abordou a questão política da manutenção do MDL como mudança de cultura política. Lembrou que a Ministra levantou a oportunidade de sinergia entre a CQNUMC e a Convenção de Biodiversidade. Destacou que precisamos de um *turning point*, dado que a alternativa é o caos. O representante do MDIC trouxe à discussão situações de emissões negativas, graças à tecnologia. Avaliou a gestão do ciclo biogeoquímico global do carbono, quanto a mitigar e reforçar sumidouros, levantando a importância das novas tecnologias e a inserção dessas novidades na agenda. Ministro Everton ressaltou a inserção dessa agenda desde o início da Convenção e suas repercussões na competitividade internacional. Comentou sobre Seminário Técnico sobre Captura e Armazenamento de Carbono – CCS, como tecnologia de alto poder de mitigação. O Secretário Executivo asseverou ser importante tornar público que projetos de CCS pudessem ser contemplados no MDL, reportando-se ao representante do MMA, o qual falou sobre a ambição, citando a reincidência das discussões e a redução das emissões por força da diminuição do desmatamento. O sucesso brasileiro dá credibilidade ao país de cobrar melhorias, concluiu. Finalmente, o Secretário Executivo declarou encerrada a reunião, desejando boas festas a todos. O representante do MMA convidou todos para a participarem da última Consulta Pública sobre o texto de Atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima (Plano Clima), no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima – Gex, na data de 12 de dezembro de 2013, às 9h30, no Auditório do IBAMA, Setor de Clubes Esportivos Norte - SCEN, trecho 02, Ed. Sede do Ibama, Brasília – DF.